

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO  
MERENDA**

**PRESIDENTE  
MARCOS ZERBINI - PSDB**

**09.11.2016**

**CPI - MERENDA****09.11.2016**

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Havendo número regimental, declaro aberta a 17ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, constituída pelo Ato nº 48, de 15 de junho de 2016, com a finalidade de apurar e investigar o fornecimento de merenda escolar em todas as escolas estaduais, nos contratos firmados por empresas e por cooperativas de agricultura familiar, com o Governo do Estado de São Paulo e municípios paulistas, além de eventuais ações de agentes públicos e políticos, para esclarecer se houve, ou não, prejuízo ao Erário.

Registro com muito prazer a presença dos nobres deputados Estevam Galvão, Barros Munhoz, Delegado Olim, Alencar Santana Braga, Beth Sahão e Marcia Lia.

Peço ao secretário que faça a leitura da Ata da reunião anterior.

**O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Pela ordem, nobre deputado Estevam Galvão.

**O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM** - Para pedir a dispensa da leitura da Ata.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - É regimental o pedido de V. Exa. Fica dispensada a leitura da Ata da reunião anterior. Solicito à assessoria que traga até este plenário a primeira depoente do dia, a Sra. Marilena de Lourdes Silva, ex-diretora do Departamento de Suprimento Escolar da Secretaria da Educação.

Já se encontra aqui no plenário a Sra. Marilena de Lourdes Silva. Queria lembrar, Sra. Marilena, que a senhora está aqui na condição de testemunha, e como testemunha tem o dever, sob as penas da lei, de falar a verdade. Aqui tem sido praxe nesta comissão que as pessoas façam uma pequena exposição, primeiro da sua vida no setor público, quando ingressou no setor público, período em que ocupou o cargo aqui em questão, que é a diretoria do Departamento de Suprimento Escolar da Secretaria da Educação. Que a senhora relate o que sabe da chamada Operação Alba Branca, se a senhora teve alguma relação com algum membro da cooperativa, da Coaf, e qualquer outra

informação que a senhora entenda relevante para o processo de investigação desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

A senhora não tem tempo para isso. A senhora presta as informações que achar necessárias de uma forma muito livre. Depois disso, abre-se para as perguntas dos Srs. Deputados e das Sras. Deputadas.

Tem a palavra.

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Pois não. Bom dia a todos. Eu iniciei a minha vida dentro da Administração Pública em 1983, no governo do prefeito Mário Covas, onde fui secretária na Secretaria da Educação do Município. Eu fui assistente, vamos dizer assim, da professora Guiomar Namó e da professora Rose Neubauer.

Eu trabalhei lá até 1985. No final de 85 eu saí de lá, fiquei durante 10 anos na iniciativa privada. Depois, saí da iniciativa privada, fui para Secretaria de Educação do Estado em 1997, na gestão da professora Rose Neubauer. Fui por seis anos diretora da merenda escolar de lá.

Saindo de lá, eu fui para a Imprensa Oficial do Estado, onde fiquei por sete anos. Depois que eu saí da Imprensa, eu fui convidada a trabalhar na Secretaria da Educação do Município, até 2012. Quando terminou a gestão do prefeito Gilberto Kassab, eu fui convidada a voltar para a Secretaria da Educação do Estado, na gestão, já, do professor Herman.

Hoje, eu fiquei na Secretaria do Estado até o dia 16 de setembro, quando fui exonerada. Fui exonerada a pedido, porque realmente houve uma mudança dentro da administração da Coordenadoria. Tivemos uma mudança de coordenador. Eu mesma me manifestei que não queria continuar porque achei que estava no momento de descansar um pouco. A idade já não permite muitas extravagâncias profissionais, um trabalho muito corrido. Então, eu quis me dar esse direito de ficar pelo menos um tempo sem trabalhar.

Na Secretaria eu já entrei como diretora do Desup. O Desup é o Departamento de Suprimentos, é o departamento dentro da Secretaria que cuida de toda a parte de... O Desup, ele tem quatro centros subordinados a mim, com quatro diretores - eram subordinados a mim -, com quatro diretores. Cada centro dele, ele tem a sua especificidade dentro do trabalho do departamento.

Nós somos... O Desup é subordinado à Cise, que é a Coordenadoria de Infraestrutura, que tem, quando... Durante o tempo que eu entrei lá, eu entrei na Secretaria no dia... Eu fui nomeada no dia 6 de fevereiro de 2013. Eu passei por três coordenadores lá dentro, durante esses três anos.

Nós temos no Desup... Tínhamos no Desup essa atribuição de elaboração de edital, de pesquisa de preço de todo o procedimento para que acontecesse ou uma chamada pública, ou uma licitação, que, no caso, a licitação é feita através de pregão eletrônico.

Nós temos a Bolsa Eletrônica de Compras, que é da Secretaria da Fazenda. Em todos os nossos pregões, nós não trabalhávamos com outro tipo de compra, a não ser pelo pregão. E tivemos essas chamadas públicas - uma delas foi a da Coaf. Nós tivemos... Posso continuar?

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT -** É claro.

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA -** Nós tivemos... Desde que eu entrei lá, nós tivemos muita dificuldade para fazer as chamadas públicas, porque, na verdade, principalmente para mim, era uma coisa muito nova, porque nós nunca tínhamos feito. A Secretaria tinha feito uma chamada pública em 2011 e, depois, nós tivemos muita dificuldade, porque o próprio edital que é mandado como modelo pelo FNDE tinha alguns problemas que foram questionados pela nossa consultoria jurídica.

Nenhum procedimento, nem de chamada pública, nem de licitação, nem de pregão... Nada é feito sem o parecer da consultoria jurídica, mesmo porque a 8.666 exige que isso seja feito. Então, nós tínhamos sempre esse respaldo da consultoria jurídica.

Acho que, a princípio... Não sei se os senhores querem mais alguma coisa.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB -** A senhora conhece alguém da cooperativa? Teve alguma relação com algum deles?

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA -** Não, eu não conheci ninguém. Nós recebemos... A verdade é a seguinte: nós recebemos... Eu não tenho... Eu não posso lhe garantir exatamente a data de qual foi - se foi o contrato de 2013, que foi aquele processo que eu vi por bem, pedi para cancelar; ou se foi este último contrato.

Nós recebemos, um dia, a visita de dois ou três representantes da Coaf, dizendo que tinham ido lá assinar o contrato. E nós pedimos... Dissemos a eles o seguinte: “Não há contrato nenhum para ser assinado, ainda, e vocês, por gentileza, esperem que nós entremos em contato com vocês.” Porque era norma nossa... No momento em que o contrato estivesse pronto, nós entrávamos em contato com o fornecedor, justamente para evitar esse vai e vem de fornecedor, lá, conosco.

Eu atendi esse fornecedor com uma pessoa da assistência técnica da coordenadora. Inclusive, nós o atendemos no corredor - e, do corredor, ele foi embora. Nós não tivemos mais nenhum contato com eles e eu também não tive mais contato nenhum com ninguém da Coaf.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - A senhora se recorda de quem era a pessoa?

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Olhe, de nome eu não vou me recordar, mas uma das pessoas era um desses que estão... Um rapaz forte, da Coaf, bem grandão, assim, da Coaf... Mas, eu não vou me recordar do nome dele. Realmente, no momento, eu não tenho... No momento, eu não sei... Eu não me recordo do nome dele.

**O SR. DELEGADO OLIM - PP** - Sr. Presidente, quero fazer só uma pergunta, rapidamente.

Sra. Marilene, a senhora recebeu alguma ligação ou alguém, como a senhora falou, aqui, na Corregedoria Geral de Administração, algum pedido de funcionário de Secretaria, representante da Coaf, qualquer que seja, ou de outra pessoa, para interferir a favor da Coaf, no sentido de celebrar o contrato com o fornecimento sobre laranja integral? Alguém procurou a senhora? Alguém ligou para a senhora, pedindo que a senhora pudesse ajudar?

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Não. Vamos lá. Da Secretaria, eu fui algumas vezes, porque nós tínhamos um trabalho conjunto do Desup com o DAAA. Algumas vezes, eu fui questionada pelo Rodrigo Pimenta, que era o diretor do DAAA naquele momento, se o contrato ia ser assinado ou não.

Aí, nós chegamos a um momento em que eu disse a ele: “Rodrigo, nós não vamos assinar esse contrato, mais, porque eu dei uma... Eu fiz um pente fino nesse processo e

eu encontrei muitas irregularidades dentro do processo.” E nós estávamos justamente em uma transição de coordenadora. Então, eu, realmente, quis alertar, como alertei a coordenadora a respeito disso.

De fora da Secretaria, eu recebi algumas vezes... Não sei lhe dizer quantas vezes, mas eu recebi ligação do Sr. Jeter, dizendo que ele era do gabinete do deputado Fernando Capez, que queria saber como estava o andamento do contrato. Eu...

**O SR. DELEGADO OLIM - PP** - Eu perguntei... Mas, aqui, a senhora diz, no depoimento, que a senhora nunca recebeu nenhum pedido de funcionário da Secretaria. Da Secretaria, nenhum?

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Não, da Secretaria, para interferir, não.

**O SR. DELEGADO OLIM - PP** - Da Coaf?

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Nem da Coaf.

**O SR. DELEGADO OLIM - PP** - Nada?

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Eu recebia... Conversava com o Rodrigo, que era um funcionário da Secretaria, que era uma pessoa que trabalhava... Era o diretor do DAAA, que era a pessoa que precisava, vamos dizer assim, do produto para poder servir o cardápio, certo?

**O SR. DELEGADO OLIM - PP** - Certo.

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Então, era uma conversa profissional entre dois diretores, só. Da Coaf, eu nunca recebi...

**O SR. DELEGADO OLIM - PP** - Nada?

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Nada. Nunca recebi absolutamente...

**O SR. DELEGADO OLIM - PP** - Nem para ajudar? Nada, nada?

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Nada, nada, nada.

**O SR. DELEGADO OLIM - PP** - Ok. Para mim, é só isso. Obrigado.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Sr. Presidente, primeiramente, cumprimento todos os deputados. (Vozes fora do microfone.) Não, eu vou fazer uma questão... Cumprimento a Sra. Marilena, todos os servidores, todo o público presente, a imprensa.

Sr. Presidente, eu gostaria que ela falasse um pouco mais. Ela falou do contrato de 2013. Gostaria que ela explicasse, no seu entendimento, por que estava errado, o que foi feito à época. Dessas ligações, também, que a senhora respondeu, agora, ao deputado Delegado Olim, como é que se deu? Gostaria que falasse um pouco mais. A senhora já falou algumas questões, aqui, na Corregedoria. Se pudesse dar maior explicação, para que nós pudéssemos entrar nas perguntas, depois...

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Então, solicitamos que a senhora fale um pouquinho disso e, depois, já abriremos as inscrições para os Srs. Deputados e para as Sras. Deputadas. (Vozes fora do microfone.)

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Eu fiquei na Secretaria até o dia 16 de setembro.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Deste ano?

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - De 2016, sim. Eu fiquei de fevereiro de 2013 a setembro de 2016, sempre no Desup. (Vozes fora do microfone.) Não, não. Eu sou comissionada.

Bom, o senhor quer que eu fale de 2013? Bom... Está bem. O processo de 2013, quando eu entrei na Secretaria... Ele já estava começando a caminhar, lá em 2013. Nós tivemos um parecer do Jurídico, que o nosso Jurídico nunca foi favorável às chamadas públicas. Nunca. Ele sempre nos questionou por que nós não fazíamos os pregões.

Acontece que, infelizmente, existe essa regra, tanto do FNDE como do dinheiro do Estado, de que nós somos obrigados a usar um percentual desse dinheiro para a agricultura familiar, certo? Então, no governo federal nós temos que usar 30% do que nós recebemos para a agricultura familiar.

Muito bem. A chamada pública aconteceu. Os dois funcionários do Desup, que foram participar dessa chamada pública, que foram o Yuri e o Eduardo... Eles foram, porque, na relação de documentos que têm que ser apresentados para a chamada pública, existem muitos documentos iguais ao que se apresenta em um pregão - ou seja, a parte fiscal, a parte econômico-financeira, a parte jurídica, a documentação básica que tem que ser apresentada. Então, esses meninos têm conhecimento disso porque eles são pregoeiros há muito tempo. Então, eu os mandei para isso.

A parte técnica, ou seja, mesmo essa parte das DAPs, que são alguma coisa... Eram coisas muito novas para nós - e eu acho que continuam sendo, ainda. Havia as pessoas do DAAA, que eram os técnicos que estavam acompanhando.

Muito bem. Essa chamada pública aconteceu. A Coaf ganhou e eu comecei a fazer uma análise no processo. Eu fui desde a primeira página, porque... O que acontece? O Desup trabalha sob demanda. Então, se eu tenho um órgão, um departamento, tanto da Cise, como de qualquer outro departamento dentro da Secretaria da Educação, eu recebo esse processo autuado, com autorização de abertura, com a parte técnica já informada, do que eu preciso comprar, vamos dizer assim.

E cabe ao Desup a parte de cotação de preço, a elaboração do edital, o atendimento ao Jurídico, ao processo... À consultoria jurídica... E, depois, lógico, há a confecção do edital final, com sugestões que o Jurídico possa nos dar, mais a publicação, a abertura, até a fase de homologação. Quando se trata da parte da compra do produto, já sai do Desup. Já vai para o órgão solicitante.

E eu verifiquei, nesse processo, que existiam algumas coisas que não estavam corretas. Ou seja, o processo foi aberto. A autorização de abertura da chamada pública, que é uma coisa... Diretamente afeta...

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Só um minutinho.

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Pois, não.



**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Só para esclarecer o que a senhora está falando, é 2013? Referente a 2013?

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - O de 2013. É o que foi cancelado. O de 2013... O pedido... Porque... Vamos dizer... Eu sou uma diretora de um centro. Eu peço para autuar o processo. O diretor autoriza a autuação do processo e vai para a coordenadora autorizar a abertura do que quer que seja - ou uma chamada pública, ou uma licitação.

No caso desse processo de 2013, não tinha sido... Essa autorização de abertura não tinha sido assinada pela coordenadora. Aí, foi feito o documento para mandar para o Jurídico. Nós elaboramos o edital e mandamos para o Jurídico. O Jurídico deu um parecer, dizendo-se totalmente contra a abertura da chamada pública. Ele queria que se fizesse um pregão.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Desculpe, quem era a coordenadora da época?

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - De 2013... Até o final de 2013, a Ana Leonor.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Da Cise?

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Da Cise. A coordenadora da Cise. (Vozes fora do microfone.) É, era a Ana Leonor.

Bom, o processo foi para o Jurídico. O Jurídico mandou, com uma série de anotações e... Uma coisa que eu quero deixar clara: o Jurídico, muitas vezes, analisa um processo, e ele entra na parte técnica do processo. Então, muitas vezes ele questiona algumas coisas que o técnico pode dizer: “Não, o Jurídico entrou num campo que ele não conhece, e nós podemos justificar por que queremos fazer assim.”

Muito bem. Nós levamos ao conhecimento da coordenadora, que o Jurídico não tinha aceitado o chamamento público, e queria que fizesse um pregão eletrônico. Foi feita uma reunião entre nós, o pessoal do DAAA, ou seja, o Rodrigo, a Vanessa, a Dione, que eram as meninas que trabalhavam mais com ele, que eram as diretoras dos

centros. Eu participei dessa reunião e chegou-se à conclusão de que deveríamos tocar esse processo como chamada pública.

Tocamos o processo. Houve a chamada pública. A Coaf ganhou. E quando fiz a análise do processo, percebi que o próprio edital tinha sido assinado por outra pessoa, que não a coordenadora. No parecer do Jurídico, no próprio parecer, existia uma série de confusões. Em alguns momentos o procurador falava da chamada pública para o PPais, em outro momento na chamada pública para o FNDE. Então, o próprio parecer do Jurídico estava muito confuso, vamos dizer assim.

Havia outros problemas dentro do processo, de atuação, de documentação. E como estávamos nessa transição de coordenadora, que foi quando passamos para a professora Dione Di Pietro, eu não achei correto deixar que ela assinasse aquele contrato, com tantos problemas que tinham acontecido durante o processo.

E eu assumo: fui eu que cheguei à sala dela, e disse a ela: “Professora, acho melhor não assinarmos esse contrato, porque o processo está com muitos problemas, e eu acho que é um risco desnecessário para correremos.”

Não assinamos esse contrato, e começamos a ter algumas reuniões com o nosso Jurídico, para tentar fazer o próprio Jurídico entender o que era aquilo, entender o que era uma chamada pública, como aquilo acontecia, por que nós tínhamos que fazer. Conversamos com um dos procuradores, que era o que mais fazia esses pareceres dos nossos processos, e conseguimos chegar ao edital da chamada de 2014, que esse processo foi desde o início atuado como deveria ser, assinado por quem deveria ser, e o edital foi assinado pela professora Dione. E nós fizemos a chamada pública, onde novamente a Coaf foi a vencedora.

O de 2013 foi encerrado, nada foi comprado, não teve nada, o processo ficou lá no Desup. Nada aconteceu com esse processo, em matéria de contrato assinado.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Quem, naquela reunião, era a favor de tocar em frente?

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Nós tivemos, nós achamos, a nossa coordenadora ...

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Em princípio, todos acharam.

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Em princípio ...

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - A Ana achou?

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - A Ana, o Rodrigo, que nós deveríamos continuar.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - A moça técnica lá também.

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Basicamente, o DAAA.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - As nutricionistas.

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - O DAAA e a coordenadora. E como nós todos, diretores, somos coordenados ...

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Só pela oportunidade, e os erros maiores eram, a iniciativa de fazer o edital, o edital não era assinado ...

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - A autuação dos processos, essas assinaturas que não deveriam ter sido feitas por aquela pessoa, porque normalmente os editais têm que ser assinados pela ordenadora de despesa. E, no caso, a ordenadora de despesa das coordenadorias é a própria coordenadora.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Não foi ela que assinou?

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Não. Esse de 2013, não.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Foi o Rodrigo Pimenta que assinou.

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Foi o Rodrigo Pimenta que assinou.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Algo totalmente inusitado?

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA - Sim.**

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Inexplicável, até.**

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA - Exatamente.**

**A SRA. BETH SAHÃO - PT - Foi uma ingerência do Jeter.**

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA - Sim,** eu recebi, neste contrato agora, de 2014, algumas ligações do Sr. Jeter, querendo saber como estava o andamento do contrato. Inclusive, numa das ligações, ele pediu que eu ficasse com o email dele, para avisá-lo quando o contrato fosse assinado.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Chegou a mandar algum email para ele?**

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA - Não. Nada. De jeito nenhum,** porque, vamos dizer assim, ele não tinha nada ...

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Ele explicava à senhora por que ele estava ...**

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA - Não. Não explicava. Ele se identificava,** mas não dizia, só queria saber como estava o andamento do contrato.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT - Sra. Marilena,** a senhora se lembra do e-mail do Sr. Jeter, qual era o endereço?

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA - O nome dele é Jeter. Ou é Jeter.rodrigues,** ou Jeterrodrigues@al.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT - Aqui na Casa?**

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Aqui na Casa.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Que horas são agora?

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - A senhora sabe o valor, mais ou menos? Qual o período em que ele ligou, mais ou menos?

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - São 10 horas agora. Até às 11 horas - eu a deixo responder essa, deputado -, só para estabelecermos uma regra aqui. Até às 11 horas os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que quiserem se inscrever, para fazer perguntas, podem fazê-lo. Até às 11 horas e dois minutos.

Quero registrar a presença do nobre deputado José Zico Prado, do nobre deputado Gilmaci Santos, e devolvo ao senhor a palavra, para fazer a pergunta.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Queria que ela falasse o período em que ele ligou, se lembra, mais ou menos, o mês..

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Olhe, eu não vou poder dizer exatamente para o senhor, mas eu acredito que tenha sido um mês mais ou menos antes da assinatura do contrato. Agora, a data exata, eu não vou saber, mesmo. Não vou saber lhe responder, porque nós tínhamos um volume de trabalho muito grande, então, era aquela história: atende ao telefone, eu sabia, porque eu fui, durante muitos anos secretária, e toda secretária tem o seu caderninho, então, eu anotei esse e-mail dele.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Onde a senhora ficava? Qual o endereço da secretaria onde a senhora ficava?

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Na Praça da República.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Por acaso a senhora, algum dia, viu o presidente Copez lá?

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Não. Não. Nunca. Fiquei durante todo esse tempo ..

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Algum deputado inscrito? Deputada Beth Sahão.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Quero cumprimentar todos os deputados, Sr. Presidente, público que nos acompanha, nossas assessorias, e também a Sra. Marilena, que, vou dizer uma coisa para a senhora: eu tenho participado bastante, embora não seja membro efetivo desta comissão, mas trabalhamos conjuntamente na bancada do Partido dos Trabalhadores, auxiliando o nosso titular, deputado Alencar Santana.

Sou psicóloga, de formação. Mas quero dizer que a senhora, nesses minutos que a senhora se colocou, me impressionou. Parece que a senhora tem uma sinceridade, que eu não observei, deputado Barros Munhoz, em outros depoentes, aqui nesta comissão.

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Muito obrigada.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Aí já fica a critério masculino, não feminino.

Quero perguntar uma coisa para a senhora. Fui anotando várias perguntas aqui, e nem estou seguindo o roteiro proposto pela nossa assessoria. A senhora disse que o Rodrigo Pimenta era do DAAA. E a senhora era do Desup.

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Sim.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Eu queria perguntar. A primeira coisa, ele poderia ter assinado esse edital de 2013? Ele tinha prerrogativa, quer dizer, era tarefa dele, ou o que ele estava fazendo era uma ingerência em outro departamento, sobre o qual ele não tinha nenhuma responsabilidade?

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Sim, na verdade, essa autorização para abertura de qualquer procedimento, ou licitatório ou a chamada pública, é prerrogativa da coordenadora.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Da senhora, na época, a Dione Pavan?

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Não, não, em 2013 era Ana Leonor.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Mas ela não o fez.

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Os documentos que estão no processo, essa autorização da abertura da chamada pública, é assinada pelo Rodrigo.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Mas a senhora se recorda se ela determinou que o Rodrigo o fizesse, ou ele o fez?

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Não. Isso eu não posso dizer, mesmo porque fazia um mês, um mês e pouco, que eu estava lá na Secretaria. Então, eu não sei dessas tratativas, não sei se houve autorização. Isso eu não posso lhe dizer.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - É, porque a senhora entrou em 2013.

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - 2013. Eu entrei em 2013. Então, isso eu não posso lhe dizer, realmente. Porque se foi autorizado por ela, alguma coisa, mas isso eu não sei dizer.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - A senhora não tem esse conhecimento.

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Não. Eu não tenho esse conhecimento.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - A senhora não tem esse conhecimento. A senhora também disse que o processo em 2013 estava eivado de erros. A senhora colocou isso de uma forma genérica. A senhora poderia especificar um pouco quais eram esses erros que a senhora observou, nesse processo?

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Sim. Primeiro, o que eu disse. O processo tem que vir para o Desup autuado. Nessa autuação, tem que constar o pedido de autuação, o pedido de abertura da chamada pública. Isso deve ser assinado pelo

diretor. E depois vem a autorização para a abertura do procedimento. Ou seja, no caso, a chamada pública, que tem que ser assinada pela coordenadora. Muito bem, já o primeiro era isso.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Esse era o primeiro erro?

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - O primeiro erro, para mim, esse.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - E não vinha com a assinatura da coordenadora.

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Segundo, temos que fazer, obrigatoriamente, pela Lei 8.666, a pesquisa de preço. Nesse processo não existia a planilha de quem fornecia os preços para balizar essa pesquisa.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Para poder o processo ter um parâmetro...

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Exatamente. A que preço máximo, vamos dizer assim, pode ser pago.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Seria tolerável.

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Depois o edital. Não existia uma justificativa, porque sempre que, como eu disse, nós recebemos o processo com o parecer do Jurídico - nós temos alguns casos do Jurídico que vem com 60, 70 até 80 recomendações. Dentro daquelas recomendações existem coisas que o nosso Jurídico por não entender da parte técnica, eu posso contestar aquela parte técnica? Eu tenho que justificar. Eu tenho que ter uma justificativa no processo dizendo: dos itens tais e tais foram atendidos, tais e tais não serão atendidos por tal motivo.

Não existia isso no processo. O fato de o edital ter sido assinado pelo Rodrigo - o edital foi assinado pelo Rodrigo. E depois na parte da sessão de chamada pública isso não era feito lá na República, era feito lá na 13 de Maio. Aí os meninos viam essa parte da documentação fiscal, DAP tudo em ordem, aí vai para DAAA o processo, porque a empresa tem um prazo para apresentar um laudo bromatológico, vamos dizer assim...



**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Desculpe interrompê-la, mas queria lhe perguntar se nesta fase também é observada a veracidade do laudo bromatológico, se a cooperativa estava filiada como deveria, com toda a documentação correta na Ocesp?

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Não. Nos dois casos, pelo que eu me recordo, foi pedido ou aquele registro, o registro mesmo na Ocesp, ou uma declaração de que ele era inscrito na Ocesp.

**A SRA. MARCIA LIA - PT** - Permita-me. E o que era o convencional: era pedir o registro ou pedir a declaração?

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Não. No edital dizia que ele podia apresentar ou o registro ou a declaração.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Já era uma alternativa.

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Uma alternativa, vamos dizer assim; uma alternativa. E esse edital com essa alternativa passou pelo Jurídico, e o Jurídico não questionou em nada para nós isso. Os laudos, por uma licitação, vamos dizer assim, o fornecedor, ele no ato da licitação apresenta um laudo, laudo esse que quem analisa é a parte técnica, é a parte do DAAA.

Eles analisam esse laudo e nós temos sempre pedido. Nós pedimos nos editais de licitação, damos 15 dias de prazo para a empresa apresentar uma amostra e mais um laudo daquela amostra. Porque essa amostra vai servir para fazer a parte de teste com os alunos, ou um teste interno, para ver se o produto tem condições de ir para as escolas. E é analisado esse laudo pela área técnica e ela diz: “Está tudo ok, a amostra está aceita”. Podemos, quando necessário, fazer a compra. Quando o produto é comprado é verificado, antes da assinatura do contrato, toda a documentação fiscal técnica dele, inclusive o Cadin.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Eles também estavam regulares no Cadin.

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Regulares.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Regulares?

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Regulares. No Cadin regulares.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Ah, em 2014 eles ficaram regulares.

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Regulares no Cadin. E aí eu compro. Quando ele me entrega a cada 100 mil quilos ele tem que ter um laudo de um laboratório, não determinado por nós, mas um laboratório oficial, vamos dizer assim, que analisa aquele produto que ele está me entregando. Nada entra no armazém do Celog, que é quem cuida do armazém, nada entra nesse armazém sem um laudo. O DAAA tem lá no armazém uma nutricionista que faz análise desse laudo para saber se o produto está em conformidade, se ele pode entrar no armazém ou não. (Voz fora do microfone.)

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Não, não.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - É no Celog.

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - É no Celog. Lá no nosso - eu falo nosso -, mas no armazém da Secretaria, em Cajamar. Tem uma nutricionista que fica lá para fazer isso. A análise quando da amostra ou quando da chamada pública é feita lá no DAAA, porque no momento ocupa a diretoria do Cenut.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Entendi. Bom, então foram essas irregularidades.

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Sim. A senhora sabe que...

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Essa licitação ela ficou, embora não tenha sido concretizada, mas ela ficou em aberto. E ela só foi encerrada no início de 2016. A senhora tem esse conhecimento que ela ficou...

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Tenho, tenho.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Alguém solicitou para que fosse encerrado esse processo uma vez que ele estava com tantos problemas?

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** – Não, não.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Ninguém?

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Ninguém.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Mas por que será? Essa é uma incógnita disso. Por que ficou tanto tempo aberta essa chamada pública?

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Eu não sei. Talvez por inexperiência. Não sei. Realmente, porque para nós...

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Talvez porque houvesse tentativas de fazê-lo andar.

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Não, não, não.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Fico pensando: será que alguém não queria que ele...

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Não, não. Eu não acredito nisso. Eu não acredito nisso. Porque no momento que foi dado, inclusive... Quando eu fui falar com a nossa coordenadora, que era na época a Dione Di Pietro, eu conversei com ela e disse que eu a aconselhava a não assinar os contratos dessa chamada pública.

Ela imediatamente chamou o pessoal do DAAA e disse que não era para continuar com aquilo. Não sei, acho que talvez uma falta de continuidade nesse processo. Eu até não gosto de justificar as coisas dizendo assim: “Nós temos um excesso de trabalho.” Mas existia sim um excesso de trabalho dentro de todos os departamentos e os centros da coordenadoria.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Com relação ao preço, a referência de preço de 2013, a senhora se recorda como que ele foi estabelecido, esse preço que deu base para essa chamada pública?

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Não. O de 2013 não. Eu não me lembro.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - A senhora não se lembra?

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Não me lembro. É que é o que eu disse que não tinha essas informações.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Não tinham todos aqueles orçamentos que deveriam ter.

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Exatamente.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - A senhora por acaso chegava a conversar com o Sr. Padula? A senhora conversava? Quem que conversava? A senhora? A Sra. Dione? A Sra. Ana Leonor? Quem tinha uma relação mais próxima dele?

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Quem tinha uma relação mais direta com o Dr. Padula era a coordenadora.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Que à época era a Sra. Ana Leonor.

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - A coordenadora. Nós participávamos, excepcionalmente, se algum caso, se alguma coisa que teria ligação com o meu departamento nós participávamos, nós éramos chamadas às reuniões.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - A senhora disse também durante o seu depoimento que houve um momento que chegaram as pessoas da cooperativa lá para assinar contrato, mas que ainda não estava pronto, nada. A senhora sabe quem que porventura, porque é estranho às vezes a pessoa chegar, ela ainda não sabe se foi

vencedora, se não foi, enfim se está pronto, como é que ela chega? A senhora acha que havia alguma comunicação desse pessoal da Coaf e com quem dentro da secretaria? A senhora sabe dizer se tinha essa relação?

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Não, não sei lhe dizer isso. Não sei. Nós estranhamos muito essa chegada deles lá. Inclusive quando eles chegaram eu pedi para que uma das assistentes técnicas da coordenadora atendesse comigo, a Magda. Nós atendemos no corredor, numa antessala que existia na época, onde nós estávamos alojadas, e dissemos para ele: “Não, ninguém ligou, nós não ligamos para vir assinar o contrato.” Não conseguimos. Ele só falava para nós: “Não, mas mandaram nós virmos aqui para assinar o contrato.” Nós respondemos a ele, tanto eu quanto a Magda: “O departamento que deve chamar para assinar o contrato não chamou. Nós não temos contrato nenhum assinado e nós pedimos que os senhores aguardem a nossa comunicação.”

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Eles falaram quem mandou assinar?

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Não, não, não disseram. Só chegaram lá e disseram que tinham ido assinar o contrato porque tinham dito que o contrato estava pronto e era para eles assinarem.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Pela oportunidade, não é normal uma pessoa como a senhora demonstra ser, receber alguém no corredor.

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Não.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - A senhora já tinha um pé atrás?

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Já.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Por quê?

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Desculpe, mas qual foi a pergunta?

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Se atendeu no corredor uma pessoa como ela, nós percebemos a educação, é porque já tinha um pé atrás. Por quê?

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Não, eu diria assim, o pé atrás foi pela insistência que nós estávamos tendo dessa história da assinatura do contrato.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - De quem?

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Não, por estar recebendo ligação, as ligações que eu recebi.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - De quem?

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Recebi do Sr. Jeter, daqui. Eu sou um pouco... eu não sei explicar, mas tem algumas pessoas que para mim não inspiram confiança. Houve uma cobrança muito grande. Por outro lado, essas pessoas chegarem lá sem terem sido chamadas. Quer dizer, alguma coisa tem de errado.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Alguma coisa estava errada. Só queria perguntar uma coisa para a senhora. A senhora se lembra da insistência do Jeter em acompanhar essa licitação?

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Olhe, eu posso lhe dizer que ele deve ter ligado... Ele não ligou uma única vez. Eu não posso precisar e dizer “ele ligou uma, duas, três”, pois seria até leviano da minha parte, mas eu recebi alguns telefonemas dele.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - E a senhora não passou o seu endereço eletrônico?

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - De jeito nenhum.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - A senhora já tinha alguma suspeita de que ali poderia haver alguma coisa errada?

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - (Inaudível.)

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Exatamente. É, exatamente.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - O pé atrás não deixou?

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Acho que a experiência, não é? Eu acho que é a experiência que nós temos nesse campo de merenda escolar.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Deixe-me perguntar outra coisa: a senhora chegou a conversar com o Sr. Rodrigo Pimenta, alertando-o para que não assinasse esse edital, uma vez que não era competência nem atribuição dele?

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Não, não, porque, como eu disse, no de 2013, eu estava chegando lá. Eu estava chegando ao Desup no de 2013, porque o de 2014, em que houve a compra, foi todo feito direitinho, com autorização assinada pela coordenadora. O edital de 2014 foi feito de forma certa.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Mas então em 2013 a senhora não teve essa comunicação com ele?

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Não, não, não, não.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Bem, para finalizar, eu gostaria apenas de dizer que acho que a senhora foi, até o momento... A impressão que eu tenho - espero que eu não cometa nenhum equívoco - é a de que, de todos aqueles que vieram aqui até hoje, todos mentiram, sem exceção. Todos mentiram nesta CPI, exceto a senhora. Tenho que ser honesta comigo mesma também. Quero cumprimentá-la porque o que a senhora está falando me pareceu um depoimento muito coerente, sem nenhuma contradição até o momento. Portanto, quero cumprimentá-la por isso.

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - A próxima inscrita é a deputada Marcia Lia.

**A SRA. MARCIA LIA - PT** - Primeiramente, gostaria de agradecer pela sinceridade e pela presença da Sra. Marilena, porque nós estamos vivendo, há pelo menos uns dois meses, nesta Casa, um festival de mentiras. As pessoas que depuseram antes da senhora, infelizmente, não passaram a verdade dos fatos ocorridos, o que nos leva a crer que há muita coisa escondida.

A Polícia Federal não perderia tanto tempo, e nós conhecemos... A senhora disse, pela experiência de trabalhar com merenda, nós sabemos o quão frágeis são esses processos. Eu trabalhei em prefeitura, fui vereadora, e nós também recebemos algumas pessoas tentando intermediar terceirização da merenda. “Eu te ajudo na campanha, e depois você me beneficia lá na frente”, nós sabemos dessas histórias, não somos crianças, já estamos com uma idade bastante avançada.

Em todo esse processo - e por algumas vezes alguns deputados aqui colocaram essa situação -, nós nos sentimos meio palhaços, com aquele narizinho vermelho, porque as pessoas mentiram muito. Hoje nós conseguimos perceber - pelo menos eu pude perceber - com muita clareza, de onde vieram algumas das mentiras. Acho que depois teremos que fazer alguma reunião para chamar novamente algumas pessoas, ou ressaltar no relatório essa situação.

Uma coisa que me chamou bastante a atenção foi a insistência desse Sr. Jeter. Parece-me - e eu queria saber a opinião da senhora sobre isso, com a seriedade que a senhora passou aqui - que esse Sr. Jeter insistiu por diversas vezes porque provavelmente havia um mascaramento de toda essa chamada pública, talvez pelo processo ser novo, talvez pela fragilidade do processo.

Nós identificamos que dentro da Secretaria algumas pessoas são sérias. Por exemplo, o Jurídico elaborou um parecer com vários quesitos em que havia irregularidades; a senhora, em um determinado momento, estancou esse processo e disse: “Não assine, Sra. Dione Di Pietro, porque esse processo está viciado”.

Então minha pergunta é: se a senhora tivesse que elencar em quais departamentos houve um vazamento, uma sangria nesse processo, quais seriam os departamentos e



quais seriam as pessoas que eventualmente poderiam ter cometido não diria irregularidades, mas falhas formais? Depois nós tiraremos nossas conclusões políticas em cima de sua resposta. A senhora poderia, por gentileza, nominar?

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Eu acho que seria um pouco... Eu penso que seria um pouco leviano da minha parte dar nomes, porque nós somos departamentos separados. Nesse caso da chamada pública, a nossa maior... Com quem mais nós tínhamos um relacionamento, vamos dizer assim, profissional ali dentro era com o DAAA. O DAAA não funcionava na Praça da República...

**A SRA. MARCIA LIA - PT** - Funcionava na Treze de Maio?

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Na Treze de Maio. Os erros formais que eu encontrei no processo foram tanto do DAAA, com todos esses problemas de assinatura do edital, como da falta da pesquisa. A pesquisa deveria ser feita pelo Desup. Quando eu fui...

**A SRA. MARCIA LIA - PT** - Quem trabalhava no Desup?

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - No Desup, na época... A diretora do Desup antes de mim foi a Lilia, depois eu entrei em fevereiro de 2013, certo? A parte de pesquisa de preço é uma prerrogativa do Desup, e eu tenho, dentro do Desup, uma área de licitações, que é o CPlic, o Centro de Licitações. Normalmente, quem faz essas pesquisas de preço é o CPlic. Eu sou um pouco agregadora, então, em alguns casos, eu realmente vou lá e quero saber como é que está, quem foi pesquisado, como estão as respostas.

**A SRA. MARCIA LIA - PT** - Permita-me uma interrupção. Quando o Sr. Yuri fez seu depoimento aqui, ele disse que era difícil conseguir preços e que era normal aceitar só dois ou, às vezes, nem se conseguiam dois. Como é isso? Explique isso.

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Na verdade, é o seguinte: os produtos da merenda que são adquiridos são produtos muito específicos. Tirando o

básico, o arroz, o feijão, que é o que todo mundo come, a maioria dos produtos é muito específica da merenda.

**A SRA. MARCIA LIA - PT** - Achocolatado, alguns tipos de bolachas...

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Exatamente. Massa para bolo que não pode ter corante, por exemplo... Então, é um produto muito específico e é difícil fazer pesquisa. Muitas vezes, outras coisas que nós adquirimos também são específicas, são difíceis.

**A SRA. MARCIA LIA - PT** - Mas existem já alguns fornecedores que são usuais.

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Já. O que acontece é que, muitas vezes, se eu for para o mercado normal, se eu for para um supermercado fazer uma pesquisa para comprar um achocolatado, por exemplo, primeiramente ele não terá a formulação que eu quero. Além disso, eu compro por quilo, por tonelada, então eu preciso do preço por quilo, mas, se eu vou ao supermercado, só há uma embalagem de 200 gramas. Se eu for converter o preço de 200 gramas para o preço de um quilo, terei um preço absurdo. Então tenho que apelar para os fornecedores normais.

Acontece que, muitas vezes, eles não querem dar preço. Nós não divulgamos o preço cotado, então ele vai para a licitação sem saber a que preço eu posso chegar. A orientação que eu passei para os pregoeiros foi a seguinte: se ele chegou ao preço que eu quero, não vai ficar assim, você vai continuar negociando com ele, porque esse preço sai da média de três ou mais preços. No ano passado, eu orientei todos eles para que negociassem e, na medida do possível, chegassem ao menor preço da pesquisa. É difícil. Em 2015 ficou muito pior, em 2016 ficou muito pior, porque nós sabemos como são as coisas, os preços subiram.

Então é assim que a pesquisa é feita. Nós já tivemos casos que nós mandamos para 30, 35 fornecedores e recebemos duas pesquisas. O que nós fazemos então? Nesse quadro de pesquisa - e isso não é corriqueiro -, nós colocamos os preços e colocamos embaixo a informação de que foram consultadas todas aquelas empresas. Nós deixamos no processo a relação de todas as empresas consultadas e dizemos que nós só conseguimos aqueles preços.

**A SRA. MARCIA LIA - PT** - No de 2013 não havia nada disso.

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Não. E nós justificamos para o Jurídico, porque muitas vezes o Jurídico pode nos questionar a respeito.

**A SRA. MARCIA LIA - PT** - Também não houve a justificativa de por que não havia no processo de 2013.

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Não, não houve. Então a pesquisa de preço é uma coisa muito difícil de ser feita, muito. A partir de 2015, quando nós tivemos novamente a mudança de coordenadora, que quem assumiu foi a professora Célia. Ela solicitou que nós, além de eu consultar os fornecedores, eu consultasse as prefeituras; consultasse Secretarias de Estado de outros estados - nós temos feito isso. Porém existe também uma diferença, porque mesmo que a Prefeitura de São Paulo compre, em quantidade não é igual à nossa. O que uma Secretaria de Estado do Pará, até de um estado mais perto nosso, mesmo aqui do sudeste, não é igual ao que a Secretaria compra.

**A SRA. MARCIA LIA - PT** - Sim.

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Quer dizer, nós temos dois milhões de alunos para atender, então a quantidade é muito grande. Então a pesquisa de preço é difícil. Posso lhe garantir que não é uma coisa que acontece comumente. Nós temos duas pesquisas só, dois fornecedores pesquisados.

**A SRA. MARCIA LIA - PT** - São muitos fornecedores?

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - São muitos fornecedores. E também posso lhe garantir que muitas vezes daqueles fornecedores que eu fiz a pesquisa, muitos deles não participam da licitação, e algumas vezes alguns participam e são os ganhadores. Mas é uma coisa que pode acontecer, porque o mercado é complicado, esse mercado da merenda.

**A SRA. MARCIA LIA - PT** - Perfeito. Vamos continuar então na minha resposta inicial, porque interrompi a senhora. A senhora se lembra da pergunta?

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Não, por favor.

**A SRA. MARCIA LIA - PT** - Os departamentos que...

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Ah, sim.

**A SRA. MARCIA LIA - PT** - A senhora disse que não queria nominar, eu entendo, não tem problema, mas onde teria, de fato, acontecido essas questões das irregularidades formais?

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - É o que eu lhe disse. A princípio, essas irregularidades aconteceram ali nessa abertura do contrato que foi para o DAAA. Essa pesquisa de preço, de não ter nada lá no processo, como fazia pouco tempo que eu estava lá eu não sei se houve algum problema na área que fez pesquisa. Isso eu não vou saber. Não vou saber lhe responder. E eu acho que realmente nominar, seria uma leviandade da minha parte.

**A SRA. MARCIA LIA - PT** - Perfeito. Deputado Alencar, V. Exa. quer o restante do meu tempo?

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Eu só queria perguntar para ela, posso perguntar?

**A SRA. MARCIA LIA - PT** - Por favor.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Se a senhora se lembra quem foi a pessoa, ou se tem alguém que, apesar de todos os problemas com a licitação, de quem foi a decisão de continuar prosseguindo com essa licitação.

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - De abrir uma nova chamada?

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Não, de continuar com essa chamada, do fato de ela não ter sido interrompida. Quer dizer, ela foi...

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Quando do parecer jurídico.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Depois do parecer jurídico.

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Sim, foi o que eu disse. Nós tivemos uma reunião com a nossa coordenadora, o diretor do DAAA e houve-se por bem continuar...

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - O Rodrigo?

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - O Rodrigo. É. Continuar com a licitação.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Apesar de todos os problemas elencados pela senhora.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - A Dione Pavan participou dessa reunião também.

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Também.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Além do Rodrigo, Dione Pavan, Ana Leonor, a senhora e alguém mais participou?

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Que eu me lembre, não.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Quem indicou a senhora para trabalhar lá na Secretaria?

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Quem me convidou para trabalhar na Secretaria foi o Dr. Fernando Padula. Eu conheço o Padula há 18, 19 anos.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - O Rodrigo também tinha uma relação muito próxima com o Padula?

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Não sei lhe dizer. Nós tínhamos uma relação profissional, só.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Quando tinha um parecer jurídico, que está contestando o edital...

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Só para informar que o tempo acabou, mas que o próximo inscrito é o deputado Enio Tatto, que disse que vai lhe ceder...

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Só terminar essa pergunta, presidente.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - O deputado Enio Tatto diz que vai lhe ceder o tempo.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Não sei ainda. Quem contestava juridicamente... Se alguém da Secretaria fosse dizer: “Olha, Jurídico, isso aqui é a parte técnica...” Como a senhora disse, quem deveria elaborar o parecer da Secretaria contestando o parecer da Consultoria Jurídica?

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Na verdade, dentro do Desup, existe um centro que é o Cecol. O Cecol é o centro que elabora os editais, que faz todo esse trâmite da parte técnica da licitação. Elaborar os editais e atender aos questionamentos do Jurídico. Certo? Quando acontece esse tipo de coisa, que existe um problema técnico, e nós vamos dizer: eu não tinha pessoas dentro desse centro que entendessem de informática, de todas as coisas.

Então, a justificativa para continuar com o processo, mesmo ele tendo, vamos dizer assim, ir contra ao questionamento do Jurídico, é a área técnica que faz isso. No

caso de compra dos alimentos da merenda escolar, é sempre o DAAA, porque ele é o dono do produto, vamos dizer assim.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Isso na parte técnica da qualidade do produto...

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Da qualidade do produto. Exatamente.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - E sobre o edital, se alguém quisesse um dado do edital?

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - O tempo já está contando, nobre deputado Enio Tatto.

**O SR. ENIO TATTO - PT** - Sr. Presidente, eu queria passar meu tempo... Bom dia a todos. Queria passar meu tempo ao nobre deputado Alencar Santana.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - É regimental. Vossa Excelência já o havia informado.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Na parte técnica do edital, quem deveria se manifestar?

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Na parte técnica, o DAAA.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Desculpe-me, na parte técnica do edital.

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Do edital? O Desup pode, porque muitas vezes são questões afetas à elaboração do edital. Certo? Mas, como no caso foi uma decisão superior aos diretores, vamos dizer assim, foi uma decisão de coordenadoria prosseguir com aquele edital, deveria ter uma justificativa ou da área técnica, porque aí no caso o que acontece normalmente? Eu sou área técnica. Eu tenho

que dar uma justificativa. Eu faço aquela justificativa, eu assino, mas eu tenho um “De acordo” do meu superior, que ele vai dizer: “Prossiga.” Certo? Então eu acredito que deveria ter sido do DAAA essa justificativa.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Por exemplo, o Jurídico disse que deveria ser pregão e não chamada. Quem decide por ser chamada?

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Quando o processo é autuado, ele já vem com o dizendo o que deve ser feito.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Mas aí o Jurídico disse que deveria ser pregão.

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Sim.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Quem contestou e decidiu que teria que ser chamada?

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Não, eu disse que nós fizemos uma reunião, eu, o Rodrigo, a Dione, a Vanessa, que na época era diretora do Cenut, com a nossa coordenadora, e houve essa autorização para continuação.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Por que você acha que a Ana Leonor não quis assinar essa chamada?

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Não sei lhe dizer. Não sei. Realmente, eu, mais uma vez seria leviandade da minha parte responder.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - A competência era dela?

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - A competência era dela.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Porque há um parecer jurídico, se podemos dizer que é um parecer jurídico, pelo menos um parecer que contesta o



parecer da Consultoria Jurídica, escrito pela Dione Pavan. Ela entra, além de questões técnicas, da área dela, do ponto de vista da nutrição, ela também entra em questões técnicas, que seria do Desup, por exemplo, em continuar a chamada, e não pregão. Essa competência ela não tinha. Correto?

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA - Sim.**

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT -** A competência era de vocês. Não sei qual o nome exato do centro lá de..

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA -** Não, não, seria do Desup. Do departamento, do Desup.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT -** E o Rodrigo continua dando sequência, ele abrindo a chamada. Houve essa reunião. Então a coordenadora sabia também.

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA -** Sim. Sabia.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT -** Sabia que tinha algo de errado.

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA -** Óbvio.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT -** Por que ela continua?

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA -** Não posso lhe responder. Sinto muito, mas...

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT -** Houve alguma outra chamada... Explique-me um pouco, a senhora diz na Corregedoria que os documentos estavam fora de ordem e não numerados. Isso é comum nos processos?

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA -** Não, não deve ser. Não deve ser. No momento em que é anexado o edital, ele é numerado. Quando são anexados os

documentos, no momento da sessão, vamos dizer assim, da sessão pública esses documentos são anexados ao processo e devem ser numerados.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - E ali eram pessoas experientes.

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Sim. Sim.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Que estavam trabalhando no processo.

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Todos eles.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - A senhora acredita que alguém pode ter mexido no processo?

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Não sei lhe dizer. Não sei, porque no momento em que termina essa chamada, o processo corre para alguns outros lugares. Então não posso lhe dizer isso.

**A SRA. MARCIA LIA - PT** - Ele passa pela chefia do gabinete?

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Não. Na verdade, as coordenadorias são afetas ao secretário. Então se eu tenho, no caso, uma dispensa, que é o caso das chamadas públicas, quem autoriza, depois de tudo passado, ratifica, na verdade essa dispensa, é o secretário, porque as coordenadorias são afetas a ele.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - A senhora disse que não via o preço de referência no processo de 2013. Mas naquilo que nós recebemos há, foram consultadas.

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - 2013 ou 2014?

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - 2013. Inclusive o preço de referência era 1,52, e depois finaliza por 1,56.

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Desculpe-me, mas o senhor até me lembrou exatamente isso, que era uma das coisas que estavam erradas no processo. O preço de referência era 1,52, e quando foi publicado, que chegou a ser publicado no Diário Oficial, foi publicado por 1,56. Não poderia acontecer isso, porque estava sendo homologado, vamos dizer assim, com um preço maior do que o preço de referência.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Quem homologou esse contrato?

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - A coordenadora. A homologação é da coordenadora também.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Ana Leonor?

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - É, da coordenadora.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Isso também é um erro grave. Um erro material.

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Sim, sim.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - E está lá... A consulta dos preços de referência está lá nesse processo.

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Certo.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - O Sr. Yuri, posso perguntar, senhoras e senhores? O Sr. Yuri disse que não participou do processo de 2013. Ele participou, de alguma maneira?

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - De 2013, eu quase posso lhe garantir que ele deve ter ido por causa dessa análise dos documentos.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Ele que foi o pregoeiro?

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Na verdade, na chamada pública não existe um pregoeiro, porque nomeamos uma comissão com pessoas da área administrativa e da área técnica, porque as duas precisam estar ali.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - A senhora lembra quem trabalhou para obter o preço de referência?

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Provavelmente deve ter sido a área do CPlic, que é uma área...

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - 2013.**

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA - 2013.** É uma área afeta ao Desup.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Só voltando aos documentos, o processo que nós recebemos da Secretaria da Educação, que está na CPI, está na comissão, tem documentos ainda não numerados.

Por exemplo, há um assinado pela Ana Leonor, de 30 de agosto de 2013, no qual ela compõe a Comissão de Avaliação e Credenciamento. E a senhora disse no depoimento que diversos documentos não numerados, disse até fora de ordem cronológica.

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Sim, sim.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Ou seja, documentos que chegaram, vou dar um exemplo, esse seria de 30 de agosto de 2013, deveria estar numerado e não está. É como se tivesse chegado um documento de setembro que estivesse na frente do de agosto?

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - É.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Mais uma mágica nesse processo. Mais uma estranheza.

Ontem, presidente, tentei inverter a ordem de um requerimento e V. Exa., corretamente, disse que não dava, porque era a ordem cronológica, mas, nesse processo, outra coisa estranha aconteceu.

**A SRA. MARCIA LIA - PT** - Alencar, me permite? Dona Marilena, a senhora passa para nós que a Secretaria da Educação tinha uma organicidade, era uma coisa bem organizada. Outros depoentes que estiveram aqui antes da senhora nos fizeram pensar que a Secretaria era uma bagunça generalizada. O que a senhora tem a dizer sobre isso?

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Eu não concordo com essa informação de bagunça generalizada. De maneira alguma. No nosso caso tínhamos a coordenação, uma coordenadora, abaixo dessa coordenadora tinha três diretorias pesadíssimas, porque a senhora há de concordar comigo que quem cuida de merenda escolar, de transporte escolar e de obras...

**A SRA. MARCIA LIA - PT** - Valores altos.

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Valores altos e coisas de muita responsabilidade. Então, a coordenadora tinha essas três diretorias com seus diretores e com seus centros. Se eu lhe disser que não tínhamos trabalho eu vou estar mentindo.

**A SRA. MARCIA LIA - PT** - E os processos eram rigorosamente formais?

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Rigorosamente formais.

**A SRA. MARCIA LIA - PT** - Como devem ser processos licitatórios.

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Sim. Os processos licitatórios e os de compra saiam do meu departamento. Certo?

Então, como eu disse, eu recebo as demandas, mas sempre tomamos muito cuidado para que eles viessem formais como deveriam ser. Tanto que, nesses três anos

que eu fiquei lá, não tivemos grandes questionamentos. Nem do Tribunal de Contas nem da Secretaria da Fazenda.

**A SRA. MARCIA LIA - PT** - Esses processos da Coaf são anômalos?

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - São. São anômalos. É óbvio o que o nobre deputado disse, que, às vezes, começa um processo e vai até a hora em que já se recebeu os documentos da licitação. Aí a senhora vai fazer um pente fino naquele processo: “Olha, está faltando a publicação”.

Então, acaba-se colocando isso fora de uma ordem cronológica, porque, às vezes, em nossa opinião, para não termos um questionamento do Tribunal de Contas, é preferível que eu tenha, fora do local, mas dentro do processo, do que não ter no processo. Certo?

E nós temos fiscalização do Tribunal de Contas, da Secretaria da Fazenda e do Ministério da Educação.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Isso é exceção, não é?

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - É exceção.

**A SRA. MARCIA LIA - PT** - A Controladoria não tem?

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Não. Por causa do dinheiro que é enviado para nós, temos a fiscalização do FNDE, por causa da verba do FNDE, certo?

Mas essa colocação de documento fora de ordem é uma coisa muito difícil, rara de se acontecer.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Nesse processo houve muita raridade. Vou dar um documento para a senhora... Aliás, quando fechou o processo não contratou, decidiu não contratar, a senhora avisa a Sra. Dione.

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Dione.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Dione Di Pietro. E não contrata. Quando se encerra esse processo?

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Na verdade, quando ficamos sabendo da Operação Alba Branca, fomos em busca de todos os processos referentes à aquisição do suco de laranja e aí detectamos que não havia sido formalmente feito nada.

Encerrou, tivemos a conversa e não foi feito nada. Eu vou ser muito sincera, isso pode ter sido, inclusive, falha do meu próprio departamento. Eu assumo, vamos dizer assim, isso de não ter sido encerrado formalmente.

Deveríamos ter feito um relatório dizendo por que não foi... Certo?

**A SRA. MARCIA LIA - PT** - Sra. Marilena, me dê uma informação. Houve pressão para começar o processo de 2014 assim que parou o processo de 2013?

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Não. Não pressão. A pressão, na verdade, era a exigência de termos que usar o dinheiro do FNDE, porque, se eu não uso, o FNDE recolhe no final do ano e, no ano seguinte, ele me manda menos dinheiro.

**A SRA. MARCIA LIA - PT** - E quem fazia essas ligações para agilizar esse processo?

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Da aquisição?

**A SRA. MARCIA LIA - PT** - A abertura da chamada pública de 2014.

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Não, não havia telefonema para agilizar, isso foi um moto-contínuo. Encerrou aquele, não fez? Temos que comprar o suco de laranja? Então vamos abrir outro processo.

Então não houve essa cobrança para a abertura.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Mas demorou bastante para entregar esse suco de laranja, o processo foi encerrado em novembro e foi entregue só em março. É assim mesmo? É uma questão usual quando uma empresa ganha uma licitação sobre

determinado produto ela demorar tanto tempo assim para entregar? Existem prazos pré-estabelecidos?

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Sim, tem prazo.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Estou falando em relação à licitação de 2014.

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - A de 2014.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Tem prazo pré-estabelecido? Há uma cobrança? Há alguma punição? Como isso se dava e por que demorou tanto assim?

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Isso acontece assim: quando fazemos a primeira compra - no caso foi uma compra única - nós, normalmente, damos um prazo de 45 dias para entrega, porque existe a necessidade de confecção da embalagem, na qual vem o logotipo da merenda. É uma coisa mais demorada. Então, 45 dias.

Essa compra foi feita para poder atender ao primeiro ciclo da distribuição, porque essa distribuição da merenda é feita por ciclos durante o ano. Essa primeira distribuição, normalmente, acontece na primeira semana de janeiro, para que, quando as aulas começarem, em fevereiro, as escolas já estejam abastecidas.

Houve um atraso na entrega. Quando há um atraso na entrega a empresa, o fornecedor, solicita uma prorrogação de prazo.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - E eles fizeram essa solicitação?

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Eles fizeram essa solicitação de prorrogação, e não é o Desup que autoriza isso. Esse ofício vem para nós anexado ao processo de compra que já está, porque no momento em que eu assino o contrato esse processo vai embora do Desup, ele vai para o Celog, que é quem coordena as entregas dentro do armazém. Ele fica com o processo.

Esse pedido de prorrogação de prazo vai para eles e eles consultam a área requisitante. A área requisitante é o Cenut. O Cenut vai dizer se ele autoriza ou não a



prorrogação de prazo e, nesse caso, foi autorizada a prorrogação e me parece que eles entregaram no final de março, algo assim.

Então, existe uma autorização de prorrogação de prazo.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - A senhora acha que eles demoraram tanto assim para fazer a entrega por não terem uma estrutura adequada para poder atender à demanda de acordo com aquilo que estava estabelecido na licitação da qual eles foram vencedores?

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Não posso lhe garantir isso, mas talvez tenha sido um problema desses, um problema de confecção da embalagem. Muitas vezes temos, no final do ano, o problema de os laboratórios fecharem para férias coletivas.

Todas essas embalagens são feitas pela Tetra Pak, então é um momento em que existe uma demanda muito grande e que as empresas, às vezes, não conseguem atender.

**A SRA. MARCIA LIA - PT** - Sra. Marilena, deixe-me perguntar algo.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - É que o tempo já se encerrou, deputada.

**A SRA. MARCIA LIA - PT** - É uma coisa rápida. Só quero uma informação. Quando um fornecedor ganhava a licitação, ou até quando estava no processo licitatório propriamente dito, vocês tinham algum critério de fiscalização da empresa para ver se ela realmente fornecia aquele tipo de produto?

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Não, não existe isso. O que existe, o que pode ser e os editais normalmente preveem, é que eu receba... Vou falar em termos de pregão, que a coisa é maior.

Eu recebo... Ganha uma empresa que tem que apresentar balanço, essas coisas, uma empresa desconhecida. Na hora em que ela apresenta os atestados de capacidade técnica, eu tenho a prerrogativa de duvidar desses atestados.

Então, é uma empresa que começou há um ano e me apresenta um atestado de capacidade técnica imenso. Então, o pregoeiro tem a prerrogativa de suspender a sessão e fazer uma diligência.

**A SRA. MARCIA LIA - PT** - Na Coaf nunca foi feita.

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Não, não foi. Nunca se pediu.

**A SRA. MARCIA LIA - PT** - A senhora sabia que essa empresa, essa cooperativa, não produzia o suco de laranja, já que o lugar em que ela alegava adquirir as laranjas só tinha produção de cana-de-açúcar?

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Não, não sabia de nada disso. Fiquei sabendo, obviamente, pela imprensa, com toda essa operação. Não sabia de nada.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Esta Presidência registra a presença dos nobres deputados Luiz Turco, Roberto Massafera e Carlão Pignatari.

Tem a palavra o nobre deputado Barros Munhoz.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Professora Marilena, apenas para deixar bem definido, eu gostaria que a senhora me corrigisse se eu estiver errado: esse processo de 2013 estava totalmente maculado. Ele começou errado, ele foi aberto por pessoa que não era competente para fazê-lo e teve uma série de irregularidades apontadas pela assessoria jurídica. Houve uma insistência para que o contrato fosse assinado por meio do Sr. Jeter, servidor da Assembleia, que se identificava como assessor do deputado Fernando Capez. Tudo isso está certo?

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Não, os telefonemas que eu recebia eram deste contrato de 2014. De 2013, não.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Ótimo. Perfeito. Em 2013, houve essa reunião com a sua participação, com participação da coordenadora da Cise, a Ana Leonor, que esteve aqui ontem, com a participação da Dione Pavan e do Rodrigo. Decidiu-se não levar adiante a contratação. Ou melhor, levar adiante.

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Levar adiante. Levar adiante, antes da chamada.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Antes da chamada, muito bem. E essa decisão acabou não prosperando por quê?

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Como eu lhe disse, nós levamos esse problema, vamos dizer assim, à coordenadoria, mostramos e nos foi dito: “Prossegue”. Mas eu não posso lhe dizer se existia alguma...

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Por que não prosseguiu...

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Por que o procedimento adotado foi esse.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - E por que não prosseguiu. Prosseguiu?

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - O de 2013 é o que prosseguiu. O jurídico disse que não era para fazer, prosseguiu e foi o que depois eu pedi...

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Ficou parado...

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Houve a chamada...

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - A senhora recomendou que a coordenadora não assinasse. Ele não foi homologado.

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Não. Aliás, ele foi homologado, ele chegou a ser homologado.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - E não foi concretizado.

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Não foi concretizado, não foi comprado nada.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Não foi executado.

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Não foi executado, exatamente. Não foi executado, pois, neste meio tempo, foi quando eu vi os problemas.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Esses são os passos.

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Sim.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Procedeu de forma incorreta a coordenadora. Procedeu de forma incorreta o Sr. Rodrigo, do DAAA, pois não era do setor competente. Procedeu de forma incorreta a Dione Pavan, que participou, que recomendou. Procedeu de forma incorreta, principalmente, a coordenadora. Principalmente a coordenadora. Correto?

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Sim.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Perfeito. Depois, no de 2014, tudo foi feito corretamente.

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Aí foi tudo feito corretamente. De nossa parte, foi tudo feito corretamente.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Perfeito. E o que houve de incorreto no de 2014?

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - No de 2014, até o momento em que ficamos sabendo dessa operação, para nós, não houve nada de irregular.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Os telefonemas que a senhora recebia do Sr. Jeter, em que oportunidade ocorreram?

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Depois da chamada, que era justamente o perguntar quando o contrato seria assinado.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - De 2014.

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Isso, de 2014.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Então apareceu mais isso de anormal. E são anômalas, tanto a chamada de 2013 quanto a chamada de 2014, pelas irregularidades já mencionadas: o número da comissão julgadora, de membros da comissão julgadora, os apresentadores de propostas, que eram apenas dois e não três... É exatamente isso?

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Exatamente isso.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Esse é o fato concreto. Isso aconteceu.

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Isso aconteceu.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Essas foram as falhas das pessoas que mencionei, da Secretaria da Educação.

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Sim.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Perfeito. Acho que me considero satisfeito. Concedo um aparte ao nobre deputado Alencar Santana Braga.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - A senhora diz que há várias anomalias no processo. Como é que a senhora viu, quando estourou a Operação Alba Branca e perceberam inúmeras irregularidades no processo de 2013? No processo de 2014, há documentos falsos que a comissão que deveria analisar não analisou. E, estranhamente, a comissão é presidida pelo Rodrigo Pimenta, que é quem ligava

também para a senhora. Ele faz parte. Ele ligava para a senhora em 2013, perguntando do processo. E a Dione foi quem deu o parecer jurídico.

Como é que a senhora viu isso, depois de o escândalo aparecer na mídia? Qual a sua opinião sobre isso?

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Para mim, como uma pessoa que gosta e exige as coisas muito bem feitas e tem, pelo menos, 40 anos não só de vida pública, mas de trabalho, isso foi uma coisa muito desagradável. Eu diria assim.

Eu não pretendia encerrar a minha vida profissional tendo que fazer um depoimento como este. Então, foi uma coisa que me pegou muito... Foi muito forte para mim, foi muito forte mesmo. Principalmente por saber que era uma coisa que estavam dizendo que tinha acontecido - ou provavelmente aconteceu, não sei dizer ao certo - muito perto de nós.

Eu tive uma educação muito rígida. Acho que sou mais velha do que todos vocês. Tive uma educação muito rígida e sempre digo que a maior herança que meu pai me deixou foi a honestidade. A honestidade e a sinceridade. Então, não consigo entender que as pessoas possam se envolver em certas coisas. Para mim, isso foi realmente muito desagradável, como sei que é muito desagradável, para mim, como pessoa, como ser humano, saber que hoje meu nome está na imprensa, dizendo que vim aqui, que eu depus. Isso é uma coisa que me choca.

Fiquei muito chocada, muito preocupada, tanto que, quando saiu isso, coloquei minha equipe em busca de todos os processos, para deixar todos os processos conosco, digitalizar tudo, para que tivéssemos em mãos qualquer informação que nos fosse pedida.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Gostaria de informar que, se alguém ainda quiser se inscrever, o prazo está no limite. Deputado Alencar Santana Braga e deputado Roberto Massafera.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - A senhora saiu em setembro?

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Em setembro agora. Dezesesseis de setembro.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - A senhora pediu exoneração?

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Eu não pedi, mas quando houve a troca de coordenadora, eu pedi para que a coordenadora, que era a professora Célia, comunicasse a atual coordenadora que eu não tinha intenção de ficar, que eu não queria mais ficar.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Por quê?

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Cansaço, desilusão com as coisas, sabe? Mas principalmente cansaço, cansaço mesmo. Esse último ano foi particularmente, para mim também, muito pesado, e juntou com as coisas da Secretaria, com o trabalho na Secretaria e eu realmente resolvi que não queria... Eu queria me dar o direito de, pelo menos por alguns meses, viver a minha vida.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Professora Marilena, eu só gostaria de fazer aqui um depoimento de ordem pessoal, pedindo desculpas aos companheiros. Não se abata. É a senhora que está certa. A senhora não está errada.

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Eu sei.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - O mundo está muito errado atualmente. As pessoas como a senhora têm sofrido muito realmente, mas há muita gente que ainda acredita na honestidade, na seriedade, na sinceridade, no trabalho e nos valores que precisam guiar as nossas vidas.

Eu queria lhe perguntar: a senhora não acha estranho, sinceramente, que a Ana Leonor continue trabalhando no gabinete? Agora na Saúde, não é? Mas ela continuou trabalhando.

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Quando ela saiu da Secretaria? Não...

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Lá na Secretaria, após os fatos.

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Não, ela foi coordenadora até o final de novembro de 2013. Ela saiu de lá direto.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Ela pediu exoneração ou foi exonerada?

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Acho que ela foi exonerada. Não posso lhe garantir.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Então, há um reconhecimento da culpa dela, pois, se há alguma coisa indiscutível, é a culpa dela, como é a culpa do Rodrigo. Isso é indiscutível, absolutamente indiscutível. Bom, estou falando da Secretaria da Educação. Do Jeter, sem dúvida alguma, como do Merivaldo também, sem dúvida alguma. Essa exoneração significou que ela foi imputada ou reconhecida como uma das causadoras do problema?

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Não sei dizer. Não sei mesmo dizer.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Certo. Muito obrigado.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - No mínimo, ela foi omissa.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Tem a palavra o nobre deputado José Zico Prado.

**O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT** - Quero cumprimentar todos os deputados e deputadas. Não sei se a senhora é professora, mas o deputado Barros Munhoz a chamou assim, e eu continuo.

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Por formação, eu sou; mas nunca entrei numa sala de aula para dar aula.

**O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT** - Primeiramente, quero cumprimentar a senhora, que, do meu ponto de vista, está passando para nós uma segurança, com muita



transparência, a respeito daquilo que a senhora fez e viveu na Secretaria durante os três anos que ficou lá. É aquilo que todos já falaram: não vimos isso nos outros depoentes que vieram aqui. Como diz a deputada Marcia Lia: pelo contrário. A senhora não tem que se envergonhar por estar aqui. Precisamos agradecer a senhora por estar aqui com essa vontade de achar um culpado, para que acabemos com isso definitivamente no País.

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Sim, acho isso muito importante.

**O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT** - Essa é a nossa intenção. Não fazemos CPI porque queremos. Não convocamos pessoas para serem torturadas, massacradas, mas para que possamos travar esse diálogo que a senhora está travando conosco aqui, a fim de esclarecer aquilo que é o objetivo da CPI. Quero deixar isso registrado, para dizer à senhora que estamos aqui com essa intenção. Mesmo nós da oposição sabemos que há gente honesta em várias áreas ainda neste País. Quero registrar isso no começo da minha fala.

A senhora falou umas coisas sobre o PAA, o qual, para mim - que já fui agricultor, plantei roça e não tinha para quem vender -, é muito importante. Foi uma das coisas do governo Lula que mais me animaram neste País, porque dá uma solução para o agricultor, que muitas vezes planta, produz e não tem para quem vender. Ou então, planta, colhe e, na hora de vender, o preço está lá embaixo. Então, ele não tem outra solução senão entregar por esse preço.

Quando a senhora falou que, na questão do pregão, o PAA fica muito difícil, eu queria que a senhora explicasse melhor. Nós, deputados que temos vocação para a agricultura... Dizem que agricultura não é vocação, é vício. Ficamos viciados. Qual é a saída que a senhora vê? Temos que trabalhar para que o agricultor também participe do pregão, para que o PAA participe daquilo que é mais claro e limpo, para que não haja nenhum problema para o pequeno agricultor. Quando a senhora falou isso, me preocupou, porque quero chegar a um ponto em que o agricultor e as cooperativas decentes - não uma Coaf, mas as verdadeiras cooperativas de pequenos produtores neste estado - pudessem participar desse pregão. Como a senhora vê isso?

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Quanto à agricultura familiar, eu sinto que, para a aquisição, nós temos conseguido fazer chamadas públicas do programa estadual do PPais, porque compro deles hortifruti. Acho que abrimos umas sete ou oito dessas chamadas públicas este ano, não me lembro exatamente do número. Nós fazemos isso nas Diretorias de Ensino. Eu fiz em Araçatuba e em Ribeirão Preto. Quem participa do PPais é o pequeno agricultor. Porque aí ele vai levar a alface e a couve para a escola, para mim. Como ele acaba sendo pequenas coisas, ele consegue fornecer. (Fala fora do microfone.)

**O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT** - A polícia está revistando e humilhando os estudantes. Aqui embaixo... Está aqui gravado. (Fala fora do microfone.)

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - A CPI tem corrido normalmente, com toda a tranquilidade. Não é de hoje. Ontem, havia aqui um aparato que ninguém entendeu e que assustou todo mundo. Conversei com V. Exa., que também manifestou essa opinião. Outros deputados também se manifestaram; falei com os deputados Estevam Galvão e Barros Munhoz. Hoje, os estudantes estão acompanhando com toda a tranquilidade. Mas estão passando por revista pessoal. Está aqui gravado num vídeo. Não há necessidade disso. Isso só vem a tumultuar nossos trabalhos, criando um clima de disputa... (Vozes sobrepostas.)

**O SR. DELEGADO OLIM - PP** - Da segurança, quem toma a conta é a polícia, não os deputados.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Delegado Olim, se é segurança da Casa, então que se reviste todo mundo, não só os estudantes. (Palmas.) Isso é preconceito.

**O SR. DELEGADO OLIM - PP** - Só revistaram quem estava de mochila.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Só para dizer que essa não é uma questão desta CPI e para informar que houve duas prisões aqui, uma na Assembleia e uma na porta da Assembleia. Uma foi relativa a furto... Não vou discutir aqui o procedimento.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Vossa Excelência sabe quem foi preso?

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - A Assessoria Militar veio me informar, no começo da reunião, que eles estavam preocupados porque houve duas prisões, uma inclusive aqui dentro, de uma pessoa que presta serviço para uma empresa contratada. E outra prisão foi na porta, por furto.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Se for procedimento de segurança, que seja com todos, não somente com os estudantes.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Deputado, desculpe-me, mas acho que não cabe a nós deputados determinar qual o procedimento a ser adotado pela Polícia Militar.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - O presidente tem responsabilidade.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Se houve qualquer ato que demonstre excesso, V. Exa. encaminhe para a Presidência da Casa, para que seja apurado.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Se for um procedimento de segurança, que seja com todos, não somente com os estudantes. (Fala fora do microfone.)

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Senhores, por favor. Não vamos criar fato político. Esta Presidência não tem competência para discutir esse tipo de coisa. Devolvo a palavra ao nobre deputado José Zico Prado.

**O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT** - Sr. Presidente, quero lamentar, porque fui proibido de entrar na Comissão pela Polícia Militar da Casa, e V. Exa. sabe disso. Quero deixar registrado que há exceção, sim. Não é por acaso que isso acontece. Isso

acontece porque há uma CPI funcionando aqui dentro. Quero deixar isso registrado. Não vão nos calar. A CPI é um direito que a Assembleia tem. E temos que abrir as portas para quem quiser vir assistir.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Fui até lá agora e quero dizer o seguinte: não é de praxe fazer os estudantes abrirem suas mochilas. Todo mundo entra de mochila. Eles estão revistando ali, e dizem que é ordem do superior. Não pode ser desse jeito...

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Senhores e senhoras, eu queria voltar a dizer que a senhora Marilena tem sido extremamente útil a esta CPI, trazendo informações importantes, relatando fatos relevantes para os nossos trabalhos. Por favor, vamos aproveitar o tempo para isso.

**O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT** - É por isso que estamos aqui reclamando. Se a polícia não tivesse feito isso, ninguém teria perguntado nada. Isso tem que ficar registrado, Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Deputado, faça a reclamação à Presidência da Casa.

**O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT** - Vamos fazer. Mas V. Exa. tem que ficar sabendo.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Certo, deputado. É que isso não está atrapalhando o andamento da Comissão. Por favor, quem se sentir de alguma forma ofendido, que faça a reclamação no local competente. Os Srs. Deputados sabem qual é. Por favor, continue.

**O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT** - É uma preocupação minha e de toda a bancada a questão do PAA e do PPais. Queremos cada vez mais aperfeiçoar essa questão. As grandes empresas têm toda a facilidade, mas o pequeno agricultor não tem.

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Não.

**O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT** - Muitos deles não sabem nem onde fica São Paulo. Eu já conheci um agricultor que me perguntou se é verdade que havia um monte de carro em São Paulo, um enfileirado atrás do outro. Perguntou-me se aquilo era verdade ou ficção. Eu falei que era verdade...

Estou falando isso porque precisamos sair da CPI com algumas propostas concretas, e uma delas é que cada vez mais incorporemos quem achamos que necessariamente tem que se beneficiar desse processo do PPais e de todos esses órgãos. Com a experiência, com a honestidade que a senhora demonstrou aqui, para mim é importante ouvir a senhora sobre essa questão.

Nós temos de caminhar para as cooperativas, volto a afirmar, não a Coaf, mas as de pequenos e médios produtores. Se a senhora puder deixar isso claro, será muito importante porque poderemos continuar fazendo propaganda daquilo que o governo do estado, juntamente com o governo federal, está fazendo.

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Eu diria o seguinte: no que diz respeito ao PPais, que é o programa estadual, temos tido sucesso nas compras porque estamos fazendo essas chamadas regionalmente. Quem está participando dessas chamadas são os pequenos agricultores e às vezes passamos por algumas dificuldades porque é o que o senhor mesmo disse: eles não têm noção de como a coisa funciona.

Ele tem de ser inscrito no Caufesp para poder receber, ele tem de ter conta bancária porque ele recebe desse jeito, mas de qualquer maneira estamos conseguindo fazer essas compras pelo PPais. Como mandamos a merenda para a escola, mas não mandamos essa complementação porque não existem condições de fazê-lo, de verdura, de fruta - e dentro do cardápio existe isso - eu acho que o PPais tem condições de ser levado para frente. Pelo PPais eu posso comprar arroz, feijão. Por outro lado, mesmo no caso do arroz e do feijão, o pequeno agricultor vai ter de vender para alguém o que ele produz porque ele não terá como fazer o beneficiamento desse produto.

Então, temos de ter essas cooperativas muito bem formadas e administradas porque nós, como compradores, infelizmente, não temos condições de ir in loco ver cada uma das cooperativas. O que faltou no caso foi a fiscalização dessas cooperativas para que pudéssemos adquirir delas.

O programa do governo federal admite a compra de produto industrializado. Então, eu vou precisar mais de uma fiscalização em cima das cooperativas porque o agricultor vai ter, sim, de vender porque não terei um agricultor que vá vender laranja...

**O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT** - Suco de laranja.

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Não, o agricultor que vai vender laranja para produzir dois milhões de embalagens de 200 ml. Então, ele tem de se filiar a uma cooperativa. Isso é óbvio. O que nós precisamos é de uma fiscalização em cima dessas cooperativas para que quem está fazendo aquisição não seja depois surpreendido, como aconteceu com a Coaf.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - O tempo esgotou, deputado.

**O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT** - Vou fazer a última pergunta, Sr. Presidente.

A senhora já sabia que o pequeno agricultor não produzia suco de laranja e a Secretaria ia comprar.

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Qualquer pessoa em sã consciência sabe que um agricultor comum, aquele que planta no sítio dele, na fazenda dele, não tem condições de fazer o suco de laranja, que não é aquele que vai na garrafinha, que ele espreme a laranja e põe na garrafinha. Todos nós temos consciência de que esse produto tem de ser vendido por uma cooperativa que vai industrializar isso. Ele vai acabar levando para uma empresa que possa fazer tudo isso.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Os próximos inscritos são os deputados Carlão Pignatari e Luiz Turco. Não estando presentes, passo a palavra ao próximo inscrito deputado Alencar Santana Braga, lembrando a regra que se voltarem enquanto houver orador inscrito eles... (Fala longe do microfone.)

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - O senhor é o próximo, deputado. Nós seguimos uma ordem de inscrição.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Voltarei a fazer perguntas sobre 2013. O preço referência de 2013 (Falha na gravação.) Foram apresentados três orçamentos: da Coaf e da GallCitrus, como se fossem preços diferentes, sendo que a

GallCitrus prestava serviço para a Coaf. O terceiro orçamento foi apresentado pela empresa Vitaly, de Monte Azul, só que essa empresa direcionou o orçamento ao Sr. Carlos e não à Secretaria da Educação. O Sr. Carlos, ao que tudo indica, é um funcionário da Cati, um órgão ligado à Secretaria de Agricultura, o Carlos Eduardo Silva, que, apesar de ser da Cati, em determinado momento virou diretor da Coaf, o que não podia.

A senhora sabe dizer por que o orçamento, mesmo direcionado ao Sr. Carlos, foi parar na Secretaria da Educação para formar o preço médio?

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Não sei dizer. Não tenho ideia.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - É normal uma empresa apresentar preço direcionado a uma pessoa, no caso, a algum outro órgão?

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Não, não. As nossas pesquisas são feitas diretamente com os fornecedores. Na área do CPlic eu tinha dois ou três funcionários encarregados de fazer pesquisa de preço. Eles mandam e-mails deles, os e-mails institucionais pedindo a pesquisa de preço e esses e-mails voltam para eles.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Será que esses três orçamentos foram apresentados pela Coaf?

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Não sei dizer.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - A senhora se lembra de uma chamada pública cuja abertura foi assinada pela Sra. Vanessa, anteriormente à do Rodrigo?

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - A de 2013?

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - É.

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Eu não estava lá. Entrei em fevereiro de 2013.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Não, não, é um mês antes à do Rodrigo.

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Ah... De chamada pública?

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - É, da mesma.

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Não.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Tem uma chamada, a Vanessa admitiu isso - numa conversa com ela me falou isso -, em que ela falou que sabia que era errado. Vou lhe mostrar. (Fala longe do microfone.) Relembrando: a da Vanessa, no caput faz referência ao PPais. A do Rodrigo não faz referência ao PPais. Por isso os procuradores, quando dão parecer, fazem referência ao PPais. Eles fazem, na verdade, referência ao processo que a Vanessa abriu. Ela disse ontem - estou falando da minha conversa com ela porque o depoimento dela não aconteceu: "Publicaram com o meu nome, mas eu sabia que era errado e por isso não assinei." Mas foi publicado no "Diário Oficial". Aí, no mês seguinte é aberta a nova com o Rodrigo.

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Eu realmente não sei lhe dizer o que aconteceu. Provavelmente - e se isso aconteceu também está errado no edital -, a Vanessa fosse substituta do Rodrigo para férias, para esse tipo de coisa.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Mas ela não estava no cargo.

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Não estava.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Como é mesmo? Acho que é Cenut?

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Cenut, Centro de Nutrição. Realmente não sei lhe dizer.



**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - A senhora deu um parecer em fevereiro de 2016 anulando o certame de 2013 porque não teve um desfecho formal.

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Certo.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Eu gostaria que a senhora procurasse lembrar, vou ler dois itens. A senhora coloca: informações conflitantes, isso em 2/10/13. A técnica afirma que a documentação está completa. Porém, em 9/10/13, portanto, sete dias depois, a Coaf é notificada para complementar a documentação. A senhora se lembra disso?

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Eu me lembro do documento. Eu não vou lembrar o que foi que ela pediu, mas isso me causou estranheza porque se a técnica analisou os documentos e disse que estava tudo em ordem, por que dias depois ele entrega alguns documentos? Realmente, eu não vou lembrar o que era.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Qual a técnica? A senhora se lembra da pessoa, da funcionária?

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Provavelmente isso foi em 2015.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Esse processo é 2013.

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Ah, 2013.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Vou mostrar para a senhora.

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Provavelmente nessa época nós tínhamos a Vanessa como diretora do Cenut e a Dione Pavan era diretora de um outro centro. Então não sei quem assinou esse documento. Eu não vou me lembrar, mas provavelmente foi uma delas.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Por que é errado dar esse prazo?

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Porque às vezes damos um prazo para complementação, desde que não se trate de um documento que afete na chamada pública.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Do edital.

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Não, na seção da chamada.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Os exigidos.

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Os exigidos. Eu posso pedir a ele uma documentação para complementar aquilo que ele me informou. Isso pode.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Mas já estava dado ok.

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Na verdade, já tinha sido dado ok. Não sei dizer por que aconteceu isso. Também sou sincera: eu não lembro que documento era esse que a técnica...

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Se complementou é porque algo estava errado.

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Exatamente, provavelmente.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Mas uma medida para favorecer a Coaf.

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Eu prefiro dizer que foi mais um ato falho dentro do processo.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - A senhora se lembra do item seguinte?

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - A comissão, a comissão de avaliação? Os senhores devem ver que no processo de 2014, se eu não estiver enganada, é uma portaria do secretário. Acho que foi isso. É uma resolução do secretário nomeando a comissão. Nessa de 2014, nós fizemos o possível para que tudo corresse direito. Nesta daqui, se eu não estiver enganada, é um documento da própria coordenadora que designou a comissão.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Eu ia mostrar esse documento agora. De fato, é a Ana Leonor que assina. O estranho, porque isso foi analisado em fevereiro de 2016 pela senhora, é que esse documento apareceu depois no processo, porém não está numerado. A senhora se lembra desse documento?

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Trinta de agosto. Provavelmente ele foi feito e não foi encartado no processo no momento exato, vamos dizer assim.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Após fevereiro de 2016?

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Após a abertura da licitação.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Não, após a senhora se manifestar no...

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Não, eu acredito que isso não.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - A senhora se lembra dele, de ter visto?

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Lembro-me de ter visto, lembro sim. Não vou lhe dizer que tenha sido colocado depois.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Do que se trata? Podemos saber?

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - A questão é saber a responsabilidade também da Ana Leonor.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Eu sei, mas do que é?

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - O documento da comissão.

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - É a portaria de designação da comissão.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Porque ela não está numerada, ela mesma disse na Corregedoria que diversos documentos não estavam numerados e fora de ordem. Eu estou demonstrando um que estava no processo, que chegou para nós e não estava. No relatório dela, ela aponta que não tinha essa comissão de avaliação.

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Ela não foi instituída formalmente, a portaria e a publicação no Diário Oficial. Certo? Agora, eu posso lhe garantir que nenhum documento foi colocado depois desse meu parecer, porque depois que eu fiz isso, esse parecer, até o dia 16 de setembro de 2016, estava sob a guarda do Desup, em um armário dentro da minha sala, trancado.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - A senhora se lembra de quem participou da formação do preço de referência de 2014?

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Em 2014, aconteceu a mesma coisa que eu falei das pesquisas de preço dos gêneros alimentícios. Nós mandamos para diversos lugares, não recebemos de ninguém e recebemos, eu posso dizer infelizmente, da Coagrosol e da Coaf.

Na época, isso eu me lembrei até depois disso, nós consultamos, na mesma ocasião, que a Prefeitura de São Paulo tinha feito uma chamada pública para o suco de laranja. Nós vimos que o preço estava mais ou menos compatível com aquilo que tínhamos feito na média de preço.

Então, houve um trabalho, eu posso lhe garantir porque, inclusive, eu peguei a pessoa que fazia a pesquisa de preço e trabalhei com ela nisso. Nós consultamos mais cooperativas, ou cooperativas, ou fornecedores. Aí vem a história de fazermos pesquisa

no mercado comum. Nós trabalhamos, nós pesquisamos, mas, infelizmente, só conseguimos as duas.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - O laudo bromatológico deveria ser analisado pela comissão de avaliação, porque essa é uma análise do processo do edital, depois do edital aberto. Da mesma maneira, o documento da Ocesp, foi dado um prazo a mais do que o permitido no edital para regularizar a situação no Cadin. O edital previa cinco dias, prorrogável por mais cinco dias, e foi dado um prazo até a assinatura do contrato. A senhora acha que a comissão de avaliação, que é composta pelo Yuri, que veio ontem, pelo Eduardo Araújo e pela Dione Pavan, foi negligente na análise desses documentos?

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - No que diz respeito aos laudos bromatológicos, nem o Eduardo, nem o Yuri têm nenhuma capacidade para análise disso. Os laudos são analisados pelas técnicas, isso mesmo em um pregão eletrônico. Quando pedimos para a empresa mandar ou colocar no site o laudo bromatológico, nós encaminhamos para a área competente, porque os meninos não têm a menor competência para saber se...

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - A Dione Pavan, que era da comissão também?

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Também, a Dione era da comissão.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Ela tinha condições?

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Sim, a Dione é técnica, a Dione é nutricionista. Essa análise desse laudo tem que ser feita por uma nutricionista.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Quem compôs essa comissão de 2014?

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA - 2014?** Nós escolhemos as pessoas justamente por precisar dos dois meninos para a área administrativa.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT -** Quem designou?

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA -** Nós mesmos indicamos as pessoas. Eu indiquei os meus porque precisava e o Rodrigo indicou o pessoal dele porque sempre teria que ter a parte técnica. Nós não temos tantos. Hoje, quando saí, eu tinha mais ou menos uns dez pregoeiros, mas, na época, não tinha muita gente trabalhando. Eu tive que deslocar esses meninos do trabalho deles de pregão para poder abrir a chamada pública.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT -** Sobre a chamada de 2015, a senhora pode explicar algo?

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA -** Em 2015, nós chegamos a abrir acho que quatro chamadas públicas pelo FNDE, inclusive uma de suco de laranja. Eu não me recordo, mas talvez elas tenham acontecido mais para o final do ano. Quando surgiu a denúncia da Alba Branca, nossa coordenadora pediu para estancarmos essas licitações, elas já tinham acontecido, inclusive. Acho que a do suco de laranja já.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT -** Quem ganhou?

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA -** Foi a...

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT -** Ela foi homologada?

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA -** Foi homologada.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT -** Por acaso foi a Coagrosol?

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB -** Pessoal, pelo amor de Deus, vamos olhar a floresta, vamos parar de olhar as árvores. Não é possível uma coisa dessas.

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Não lhe garanto. Eu sei que houve um ganhador e que essas licitações não prosperaram.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Eu vou pedir para a nossa bancada se retirar, vamos terminar, porque não é possível.

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Nós fizemos um arrazoado, vamos dizer assim, de toda a situação e passamos para o nosso jurídico.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - A sensação é a de que ninguém quer terminar a CPI.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Deputado Barros, nós temos que fazer um relatório final também. Houve problema em 2013 e 14, então por que não houve em 2015?

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Acho que a depoente já se apresentou, já respondeu tudo o que nos interessava.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Não, eu quero saber sobre o processo de 2015.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Agora vamos procurar pelo em ovo, ficamos aqui perdendo tempo.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - A senhora pode dizer um pouco mais sobre o processo de 2015?

**A SRA. MARILENA DE LOURDES SILVA** - Em 2015, nós...

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Com todo o respeito, eu vou pedir desculpas e vou me retirar, principalmente à senhora. Quero parabenizá-la por seu brilhante depoimento, que ajudou muito esta CPI. Se teve alguma coisa de positivo na CPI foi hoje.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - E pode ter mais.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Eu não posso continuar dando quórum para uma coisa dessas. Nós estamos aqui querendo e eu não sei o que, mas vou descobrir ainda, porque não se quer que vá a CPI a uma conclusão.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Quero que vá a uma conclusão, quero que prorogue a investigação, até porque nós temos que saber também os demais processos.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Deputado Barros, é direito do deputado Alencar, ele está dentro das suas prerrogativas de perguntar.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - É a tática da base. Um absurdo. Deputado, obrigado pelo respeito às perguntas.

**O SR. GILMACI SANTOS - PRB** - Eu quero saber, Sr. Presidente, se, com a retirada desses dois deputados, ainda há quórum para continuar a CPI.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Não, não temos quórum. Temos só quatro membros da CPI, portanto, não temos quórum, não há condição para prosseguir.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Primeiro, quero deixar registrado o nosso protesto. Acho um absurdo. Hoje nós temos a confirmação da depoente sobre as ligações do Sr. Jeter a ela, que está dando informações importantíssimas sobre o processo de 2013, importantíssimas sobre o processo de 2014, de onde tentamos obter informações sobre o ano de 2015, que teve uma vencedora, uma homologação e depois se encerrou, porque veio a Alba Branca. Mas o deputado Barros se retira junto com mais alguns colegas, não dando quórum. Vejo isso como uma demonstração objetiva, demonstração clara de que não quer se investigar, de que não quer se aprofundar.



**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - É uma questão de ponto de vista, deputado, porque eu tenho uma visão contrária, tenho a visão de que V. Exas. estão tentando entrar em minúcias que são desnecessárias.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Nesta CPI, cada um pergunta o que quer, cada um julga da sua maneira.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Claro, eu estou dizendo que o julgamento de V. Exa. é um, e o meu é outro.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Peço que V. Exa. se comporte na qualidade de presidente. Presida os trabalhos sem fazer julgamentos.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Tenho me comportado, deputado. Quer dizer que, por eu ser presidente, não posso expressar a minha opinião? Onde está escrito isso? (Manifestação dos presentes.)

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Não fazer o julgamento daquilo que eu pergunto.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Não estou fazendo julgamento do que V. Exa. pergunta.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Vossa Excelência acabou de emitir a sua opinião.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Eu estou dizendo...

**O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM** - Sr. Presidente, já que não há quórum, eu queria cumprimentar a Marilena pelo comportamento, pela conduta e pelo equilíbrio. A senhora, realmente, foi muito bem. Eu acompanhei atentamente e entendo que a senhora seja uma pessoa superqualificada, honesta, séria, mas entendo também, deputado Alencar, que nós estamos dando muitas voltas em torno de nós mesmos. Acho que

teríamos que agilizar mais para podermos apresentar um relatório transparente, isento, honesto, sério...

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Permite-me um aparte, deputado Estevam?

**O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM** - Teríamos ainda mais duas pessoas para serem ouvidas. Acho que tudo aquilo que Marilena poderia colaborar, e colaborou, eu entendo que ela já tinha nos apresentado.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Deputado Estevam, V. Exa. que é o relator, para nós fazermos o relatório temos de ter perguntas formuladas e respostas. Então estou...

**O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM** - Eu tenho aproveitado bastante, e inclusive hoje ouvi atentamente todas as suas colocações, da deputada Beth Sahlão, da deputada Márcia Lia e do deputado Zico Prado. Eu tenho certeza de que colhi ali dados importantíssimos para o relatório. Mas eu gostaria...

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Como eu não sei se nós vamos concordar com o relatório, estou fazendo pergunta também para o relatório que, por ventura, quero apresentar. Eu tenho que fazer perguntas nessa finalidade, pensando no relatório final. Aqui não pode ser simplesmente um palanque político, ou espaço do teatro que o deputado Barros fez hoje novamente.

**O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM** - Pouco mais de objetividade para nós podermos ouvir a todos, e encerrarmos esta CPI. Essa que é a ideia.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Parece que essa é a vontade de alguns, esvaziando inclusive a CPI.

**O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM** - Mas encerrar, com eficiência, enfim. E cumprimentá-lo também, deputado Alencar. Vossa Excelência tem demonstrado sempre ser um excelente advogado, muito mais até do que deputado. Parabéns.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Obrigado.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Sr. Presidente, queria solicitar a Vossa Excelência. O deputado Alencar tem ainda metade do seu tempo para ser utilizado. Quero fazer uma solicitação ao Sr. Presidente no sentido de podermos aproveitar a presença da Sra. Marilena, e que o deputado Alencar possa continuar a questioná-la mesmo que seja informalmente. É isso que gostaria de colocar a Vossa Excelência.

**O SR. GILMACI SANTOS - PRB** - Eu gostaria de pedir até a dispensa da Sra. Marilena, uma vez que a sessão foi encerrada. Que ela possa se retirar e descansar. Essa é a minha opinião.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Sra. Marilena, a senhora disse que estava decepcionada, que estava chocada.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Para concluir, por favor, deputado.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Posso concluir, como os demais concluíram?

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Sim.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Obrigado. A senhora disse que estava chocada e decepcionada, e por isso saiu do serviço público. E hoje, uma demonstração de como determinadas coisas também decepcionam, porque alguns dizem que querem investigar, mas na prática fazem atos contrários.

Ontem mesmo, havia requerimentos de prorrogação por 60 dias, e alteração na hora para que fosse somente 30 dias de prorrogação. E hoje, com o seu depoimento, demonstra ainda mais a necessidade de aprofundamento das investigações. O que a senhora confirmou é um elo importantíssimo daquilo que representantes da Coaf falaram, daquilo que outras pessoas falaram também e que fizeram delação. Mas há um

desejo, uma tentativa de alguns para que isso aqui termine em pizza, e nós não podemos deixar. Senão, pessoas sérias como a senhora continuarão se decepcionando.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Queria solicitar ao Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Por questão de ordem, deputado Roberto Massafra.

**O SR. ROBERTO MASSAFERA - PSDB** - Eu queria ter liberdade de que Marilena respondesse a algumas perguntas minhas, muito mais no aspecto informal de alguns assuntos que não ficaram claros para mim. Mesmo a sessão tendo sido encerrada, ela poderia me esclarecer somente...

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Deputado, todos têm a liberdade de, informalmente, conversar com a depoente. Ela é uma pessoa extremamente... É que não dá, caiu a sessão.

**O SR. ROBERTO MASSAFERA - PSDB** - São pontos importantes, pelo menos na minha cabeça, do funcionamento.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Caiu a sessão, eu não posso dar continuidade a uma sessão que caiu, que está encerrada.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Mas não é possível V. Exa. tentar recompor?

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Não é regimental, deputada. Esta Presidência declara encerrada a presente sessão. E V. Exas. têm toda liberdade de conversar com a depoente.

**O SR. ROBERTO MASSAFERA - PSDB** - Encerrada?

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Eu tenho certeza que ela...

**A SRA. MARCIA LIA - PT** - Nós tínhamos mais duas depoentes para falar hoje.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Infelizmente, deputada.

**A SRA. MARCIA LIA - PT** - Esta Assembleia está com muita vontade de investigar.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Eu também...

**A SRA. MARCIA LIA - PT** - Estou decepcionada, é o meu primeiro mandato.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Deputada, eu também, infelizmente, gostaria de fazer as coisas andarem. Mas eu concordo, em parte, com aquilo que o nobre deputado Barros Munhoz disse. Aqui está se tentando esmiuçar picuinhas e deixando o essencial de lado.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Qual é o essencial, presidente?

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Vossa Excelência está querendo induzir...

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Qual que é o essencial? Responda então qual que é o essencial.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Se o senhor me deixar falar.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Por favor.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Vossa Excelência está querendo induzir as respostas dadas à culpabilidade de pessoas que não estão sendo indicadas como culpadas.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Qual pergunta eu fiz, por exemplo, nesse sentido?

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Para mim é muito claro que V. Exa. tenta induzir.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - O que é o essencial?

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - O essencial é apurar fato.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Qual fato é essencial?

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - O fato do que aconteceu.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - O que aconteceu?

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - O senhor me deixa falar, ou não?

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Deixo.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - O senhor está tentando dizer que erros cometidos, que foram admitidos por vários profissionais aqui, têm uma grande trama envolvendo pessoas da direção do Estado. O senhor está tentando levar a essa conclusão.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - E qual é o fato essencial?

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - O fato essencial é apurar a verdade.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Qual é a verdade?**

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB -** É o que tentamos encontrar, deputado.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT -** Eu só vou apurar a verdade se eu tiver direito a perguntar, presidente. Se não tiver o direito à pergunta não tem como chegar à verdade. Responda o que é essencial. Nós queremos saber o que é essencial, queremos saber os telefonemas e muito mais coisas.

\* \* \*